AS POLITICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL: Uma análise da subtração dos direitos

Jousiele Ferreira Simplício de Oliveira[1]

Maria Helena Lima Costa[2]

Maria do Socorro Pontes de Souza [3]

RESUMO

O avanço do neoliberalismo no Brasil, impôs inflexões nas Políticas Sociais, contribuindo para a subtração dos direitos sociais e a perda da proteção social. A partir do contexto dos anos 1990, a recém criada Constituição Federal de 1988, sofre ataques através do desfinanciamento para a implementação de tais políticas, contribuindo para que os princípios da Seguridade Social constitucionalmente projetada, sofram profundos retrocessos. Na perspectiva de contribuir com as reflexões em torno da temática, o presente artigo de natureza documental e bibliográfica, tem como objetivo analisar o desmonte das políticas sociais e seus desdobramentos na regressão de direitos, com a entrada do neoliberalismo no país, e de seus impactos através da agenda contrarreformista, principalmente no contexto pós-golpe de 2016, com a implementação de medidas ultraneoliberais.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Contrarreforma. Governo.

ABSTRACT

The advance of neoliberalism in Brazil imposed inflections on Social Policies, contributing to the subtraction of social rights and the loss of social protection. From the context of the 1990s, the newly created Federal Constitution of 1988, suffers attacks through the lack of funding for the implementation of such policies, contributing to the constitutionally designed Social Security principles to suffer deep setbacks. In order to contribute to the reflections on the theme, this documental and bibliographical article aims to analyze the dismantling of social policies and their consequences in the regression of rights, with the entry of neoliberalism in the country, and its impacts through the counter-reformist agenda, especially in the post-coup 2016 context, with the implementation of ultra-neoliberal measures.

Keywords: Neoliberalism; Counter-Reformation. Government.

1. INTRODUÇÃO

[1] Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestranda do PPGSS-UEPB; simpliciojosy@gmail.com
[2] Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestranda do PPGSS- UEPB; mh.lc@hotmail.com
[3] Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Professora Mestre do Departamento de Serviço Social-DSS/UEPB; pontesfelix@servidor.uepb.edu.br

A Constituição Federal de 1988 iniciou um período de democratização dos direitos sociais no Brasil, fruto de lutas dos movimentos sociais que fizeram parte do contexto dos anos 1980, na perspectiva do fortalecimento do caráter público do Estado brasileiro e da ampliação dos direitos de cidadania. É a partir de tal conjuntura, que ocorrem diversos avanços no âmbito das políticas públicas de proteção social, inaugurando-se a partir de então, o conceito de Seguridade Social, através do tripé: saúde, previdência e assistência social. Entretanto, as importantes conquistas garantidas constitucionalmente, acabaram não se efetivando.

No início da década de 1990, é possível perceber que tais direitos, passam a sofrer fortes ataques, a partir da adoção do projeto neoliberal no país, que iniciou um nítido processo de redução do Estado e, consequentemente de terceirização, privatização e focalização das políticas sociais. A contrarreforma do Estado que ganha organicidade em tal contexto, provoca um intenso retrocesso no âmbito dos direitos conquistados no período anterior referentes as políticas sociais universalistas, de qualidade e enquanto prioridade do Estado. Berhing (2008) buscando evidenciar as particularidades brasileiras no processo de Contrarreforma do Estado Brasileiro, destaca alguns elementos presentes em tal conjuntura, a saber: o autoritarismo no Estado e na sociedade, o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público, a tutela, o favor. Os citados elementos estarão presentes nos projetos elaborados no processo de contrarreforma nacional, que mostra particularidades em diferentes governos, no neoliberalismo (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso- FHC), no social-liberalismo como variante do neoliberalismo (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) e no ultraneoliberalismo (Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro).

No que se refere as políticas de seguridade social, vale destacar a particularidade da política de saúde em tal contexto, considerando que o Sistema Único de Saúde (SUS), passa a sofrer com os constantes cortes orçamentários, com o objetivo de dar espaço para o setor privado. A expropriação no âmbito do direito à saúde e da política de saúde atinge seu ápice a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como “PEC da morte”, que institui o

congelamento de recursos orçamentários para as políticas sociais por vinte anos, e que vem se refletindo no sucateamento, desfinanciamento e privatização do SUS.

No que se refere a assistência social, os cortes constantes fizeram com que houvesse aumento da seletividade e burocratização no acesso dos usuários de tal política, abrindo espaço para a refilantropização da questão social. Em relação a Previdência Social, cabe destacar a reforma recentemente aprovada a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, que trouxe uma série de mudanças e retrocessos para o conjunto dos trabalhadores.

Portanto, em direção contrária as garantias constitucionais, avança o processo de privatização estrutural da intervenção do Estado, ocorrendo uma redução drástica de orçamento para áreas sociais, com prioridade para as políticas focalizadas de massas; o que acarreta o desmonte dos direitos sociais, na medida em que aprofundam sua mercantilização.

Cabe destacar que a retração do Estado, e seus ajustes estruturais buscando conformar-se à ideologia neoliberal, traz sérias consequências para a classe trabalhadora, representando simultaneamente o aprofundamento da questão social e a precarização das políticas sociais. Nesta perspectiva elas deixam de ser consideradas como direito, prevalecendo uma tendência a desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado. Conforme ressalta Mota (2019), o conjunto dessa ofensiva vem se caracterizando como uma grande regressão civilizatória nos marcos da sociedade brasileira, configurando-se o que Marx denominou de expropriação da classe trabalhadora sobre os direitos e as políticas sociais.

Destarte, o objetivo deste artigo de natureza documental e bibliográfica, é analisar o desmonte das políticas sociais e seus desdobramentos na regressão de direitos, com o avanço do neoliberalismo no país que ganha organicidade na década de 1990, e tem seu aprofundamento no contexto pós-golpe de 2016, com a implementação de medidas ultraneoliberais, explicitas na atual na gestão do governo de Jair Messias Bolsonaro.

2. UMA ANALÍSE DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS EM TEMPOS NEOLIBERAIS: Desmonte e regressão dos direitos

Os anos 1980 foram marcados por um período de redemocratização política do país, superando o regime ditatorial instaurado em 1964, experimentando ao mesmo tempo uma conjuntura de crise interna e externa, permeada pela dificuldade na formulação de políticas econômicas, pelo aprofundamento da dívida externa, pela disparidade na distribuição de renda e pela explosão de juros e taxas inflacionárias. Conforme destaca Behring (2003), o Brasil adensa tal conjuntura, com uma dívida externa contraída pela inciativa privada e que pressionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), fez com que o estado assumisse 70% desta.

De acordo com a referida autora, podemos destacar algumas características desse período, como o empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no Brasil; a crise dos serviços sociais públicos; o desemprego; a informalização da economia; o favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. Esse cenário cria espaço para a instauração do neoliberalismo, que teve sua ascensão a partir da década de 1990. Behring (2003), afirma que em tal contexto, o neoliberalismo “encontra o solo fértil” para adentrar nas políticas econômicas e consequentemente no social, iniciando-se assim uma reconfiguração das políticas do país, estas sob jugo de capitais externos e ditames de órgãos como FMI e Banco Mundial.

É importante destacar que o período de redemocratização do país, nos anos 1980, foi palco de intensas mobilizações populares, em protesto contra a suspensão dos direitos civis e o aprofundamento da desigualdade econômica e social posta pelo estado autoritário e antidemocrático vigente. As mobilizações trouxeram à tona novos sujeitos políticos, trazendo dentre as bandeiras de luta, a garantia do acesso aos direitos sociais, promoção da cidadania e da emancipação humana, resultando em avanços históricos consagrados na Constituição Federal de 1988, considerada um marco no reconhecimento da cidadania e regulamentação de direitos sociais, inaugurando-se o conceito de Seguridade Social, que compõe o tripé: saúde,

previdência e assistência social. Concordamos com Bravo (2016), quando esta afirma que:

> No que tange ao modelo de proteção social, a Constituição Federal de 1988 é a mais progressista do país, onde a Saúde, conjuntamente com a Assistência Social e a Previdência Social integra a Seguridade Social. À saúde coube cinco artigos (arts. 196 - 200) e nestes está inscrito que esta é um direito de todos e dever do Estado, e a integração dos serviços de saúde de forma regionalizada e hierárquica, constituindo um sistema único. (p.222)

O SUS é decorrente de um dos mais exitosos movimentos sociais brasileiros que resultou na universalização do direito à saúde como dever do Estado Brasileiro, se contrapondo a dinâmica de oferta de serviços do setor baseado na acumulação do capital, prática vigente ao longo dos anos no Brasil. Entretanto nos anos 1990, tem-se início à contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), através de um conjunto de medidas neoliberais de desmonte e destruição das conquistas democráticas. Trata-se de uma reformatação do Estado de forma a adaptá-lo ao capital.

> Os anos 1990 dão continuidade de forma acentuada aos ideais neoliberais nas políticas brasileiras: planos econômicos visando à estabilidade, mas em benefício do pagamento de dívida externa; do processo de privatização de empresas estatais (com imensos incentivos e subsídios por parte do Estado); da redução drástica nos gastos com a área social; e do direcionamento das políticas sociais para a focalização, seletividade e descentralização – trinômio do ideário neoliberal para com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI 2008; MONTAÑO, 2002 apud BORLINI, 2010).

O governo de Fernando Collor de Mello dar início às contrarreformas do estado sob o discurso de crise fiscal do estado, tendo seu governo marcado segundo (Soares, 2010) pelo “refluxo dos movimentos sociais”. O então presidente propagava a ideia de que o estado era um grande elefante branco e que era necessário minimizar seu papel através de um conjunto de medidas em favor do projeto privatista.É importante ressaltar a redução de gastos na área social e boicote à implantação do SUS, via emendas constitucionais. Vale enfatizar ainda que Collor também vetou a Lei orgânica da Assistência Social, mostrando o descaso com a seguridade social implementada pela constituição.

Com o impeachment de Collor, assume o vice presidente Itamar Franco, que sofre com diversas pressões por parte do grande capital, para realizar uma ampla reforma na constituição Federal de 1988. De acordo com Soares (2010), foi nesse governo que os recursos destinados a previdência ficaram retidos pelo Ministério de

Previdência Social "o que ocasionou uma queda dos investimentos da ordem de 36% de 1990 a 1992". Segundo Paim (2008 apud SOARES, 2010) durante a gestão Itamar, ocorreu um "recrudescimento da operação descrédito capitaneada pelo próprio governo por intermédio da área econômica". (p.195), o seu governo é característico pela continuidade da contrarreforma do estado de forma sistêmica e com estreitas relações com o capital estrangeiro.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), os ajustes fiscais e a contrarreforma do estado dão continuidade ao iniciado nos governos anteriores, entretanto, de maneira mais sistematizada com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), tendo a reforma administrativa do estado aprovada em quase sua totalidade. Soares (2010, p. 196) destaca algumas das estratégias de contrarreforma na seguridade social:

> Divulgação da existência de um déficit na previdência social e da necessidade de uma contrarreforma ampla e explícita nessa política, tornando-a básica; refilantropização da assistência social com a instituição do Programa Comunidade Solidária; precarização do SUS, ampliação restrita, fragmentada e desigual do sistema, sem anunciar sua contrarreforma ou qualquer tipo de alteração substancial.

No que tange sobre a economia, a política de abertura comercial houve um acirramento comercial e pressionamento das indústrias nacionais para a modernização das fabricas, o que ocasionou a precarização do trabalho. Conforme destaca Behring (2003, p. 14) a contrarreforma do estado acabou por ser geradora do aumento do desemprego "por meio de mecanismos como os programas de demissão voluntária e a instituição das organizações sociais e agências executivas, cuja relação trabalhista não se pauta pela estabilidade". Ainda sobre a Reforma do estado comandada por Bresser Pereira, Behring (2003) afirma que esta foi dividida em quatro setores:

> o Núcleo Estratégico que formula políticas públicas, legisla e controla sua execução, composto pelos três poderes; o Setor de Atividades Exclusivas, onde são prestados serviços que só o Estado pode realizar, a exemplo da previdência básica, educação básica, segurança e outros; o Setor de Serviços não Exclusivos, onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas, como as universidades, hospitais, centros de pesquisas e museus; e o Setor de Bens e Serviços para o Mercado, a exemplo de empresas não assumidas pelo capital privado. (p.12)

Em tal conjuntura, é criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), tendo como titular o Luiz Carlos Bresser Pereira, que instituiu o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE). O Plano Diretor[4] afirma haver um esgotamento estatal e a necessidade de superar o estilo de administração pública burocrática, desta forma "o estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar o promotor e regulador, transferindo para o setor privado as atividades que antes eram suas". (BRAVO, 2008, p.100).

É importante destacar ainda no governo de FHC, o financiamento de programas sociais pelo banco mundial, principalmente no âmbito da política de saúde que será o setor com mais investimento desse, a exemplo do programa de HIV/AIDS, saúde da família, vigilância sanitária, dentre outros que foram realizados através de convenio com a referida instituição.

Com a vitória do candidato do Partido dos trabalhadores (PT) nas eleições de 2002, ansiava-se por medidas que rompessem com o projeto privatizante e mercadológico das políticas econômicas e sociais, sobretudo pela trajetória progressista do presidente eleito e de seu partido (PT). Todavia, como apontam Mendes e Marques (2005, apud BORLINI, 2010), o governo Lula manteve e deu continuidade às medidas neoliberais, imperantes no governo anterior, principalmente na continuação da contrarreforma do estado, ampliando o espaço do privado não só na economia, mas nas políticas sociais. Para Marques e Mendes (2005, apud BRAVO, 2008) as políticas sociais no governo de Lula podem ser caracterizadas em três eixos "O primeiro, projeto Fome zero; A contrarreforma da Previdência; O trato da equipe econômica aos recursos da Seguridade Social".

A criação do Programa Bolsa Família em 2003, fazendo parte do primeiro eixo de ações do governo, é um dos programas mais importantes do seu governo no que se refere a área social, tendo como objetivo o combate à pobreza e erradicação da

[4] O referido Plano propôs como principal inovação a criação de uma esfera pública não estatal que, embora exercendo funções públicos, devem fazê-lo obedecendo as leis do mercado (Bresser Pereira,1995 apud Soares 2010).

fome e exclusão social, unificando os programas de transferência de renda até então existentes em nível federal.

Em relação ao segundo eixo característico do seu governo, a contrarreforma da previdência alcançou âmbitos no serviço público que durante o governo de FHC havia sido derrotas. Granemann (2004, apud BRAVO, 2008, p.14) destaca que "a "financeirização" fomentada pelos fundos de pensão atinge o Estado através do investimento em renda fixa que têm como importantes fontes de suas aplicações os títulos públicos".

Destarte, apesar da continuidade da política neoliberal no governo Lula, podemos destacar algumas conquistas que ocorreram principalmente no seu primeiro mandato. Paim (2008 apud SOARES, 2010) destaca melhorias na atenção básica de saúde, com o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, e dos vínculos dos Hospitais Universitários (HU's) com o SUS, a melhoria no controle de programas de doenças infectocontagiosas como a Tuberculose, a manutenção de programas especiais como Tabagismo e o programa de AIDS, entre outros. No entanto, paulatinamente, tais conquistas vão dando lugar às propostas hegemônicas do *SUS possível* e do *projeto privatista.* Tal processo pode ser observado no Pacto pela Saúde, no Plano Mais Saúde e no Projeto das Fundações Estatais de Direito Privado. É importante mencionar também, que apesar da sua aliança com o capital estrangeiro, é possível destacar algumas conquistas durante o seu governo no que se refere a transferência de renda. No âmbito da habitação, merece destaque a criação do programa Minha Casa Minha Vida, na assistência a integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) com o Programa Bolsa Família, o que trouxe mudanças significativas para o aprimoramento da gestão da transferência de renda. Na educação, a criação do Programa Universidade para todos (PROUNI), e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O populismo do governo Lula, possibilitou que o partido dos trabalhadores se mantivesse no poder, com a eleição da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Roussef (gestão 2011/2016). É importante destacar que o seu governo deu continuidade ao processo contra reformista, com uma política de conciliação de classes, tendo sido criados programas voltados para a mulher, a criança e também

foram implementados o programa aqui tem Farmácia Popular, com o objetivo de redistribuir medicamentos gratuitos para hipertensão e diabetes; e as Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPAs), organizada na rede de urgência e emergência. Essas iniciativas foram direcionadas para solucionar problemas de forma imediata e focalizada, visto que, fortalecem o modelo de atendimento hospitalocêntrico, ao invés de fortalecer a atenção básica. O foco foi à redução dos gastos públicos e a manutenção do subfinanciamento, com expansão e fortalecimento do setor privado. Houve crescimento dos planos e seguros privados, incorporação de tecnologias de alto custo, financeirização do setor e continuidade da captura do SUS pelo setor privado (PAIM; REIS, 2018).

As manobras parlamentares, jurídicas e midiáticas, que culminaram com o pedido de impeachment, e que em seguida resultou na cassação do mandato da presidente Dilma Roussef. Em seu lugar assume, de maneira ilegítima, Michel Temer, representando os setores mais atrasados, conservadores e reacionários da sociedade brasileira, dando continuidade ao processo de contrarreformas.

3. AS POLITICAS SOCIAIS SOB A ÉGIDE DO ULTRANEOLIBERALISMO

O governo ilegítimo de Michael Temer se trata de uma restauração conservadora de um projeto político ultraneoliberal, assumidamente pró-capital, que visa resolver os impasses de acumulação e favorecer os interesses da classe dominante do país e aprofundar sua dependência junto ao capital internacional, abrindo espaço para a aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais, constituindo uma necropolítica em todos os âmbitos do Estado. Assim, há a retirada de um governo neoliberal conciliador de classes para um governo declaradamente ultraneoliberal.

Em seu governo foi criado documentos de embasamento da aceleração da contrarreforma, são eles: Uma Ponte para o Futuro e Travessia Social, formulados pela Fundação Ulysses Guimarães do PMD. Portanto, temos uma aceleração nas privatizações, por meio de ações drásticas, a principal é a EC- 95, conhecida como a

"PEC da morte" que congelou os investimentos nas políticas de saúde e educação por vinte anos.

O governo Temer explicitou que a questão social vem sendo enfrentada como questão de polícia, com a militarização de favelas, incentivo a medidas de força em nome da ordem, guerras declaradas ao tráfico de drogas, homicídios e outras tantas demonstrações da intervenção armada e da herança da doutrina de segurança militar.

Borges e Matos (2020) apontam que pelo processo eleitoral em 2018, o rumo político levou à opção extremada e totalitária, com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, com suas propostas muito mais aviltantes, tendo conseguido emplacar as reformas previdenciária e trabalhista em seu primeiro ano de governo. A eleição de Bolsonaro evidenciou o potencial das forças conservadoras e de manifestações neofascistas, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura, com as artes e no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo.

Os referidos autores ainda apontam que no segundo ano do governo Bolsonaro, consolida-se a ameaça no campo da formação acadêmica, com a perseguição ideológica às universidades públicas, manifestadas nos cortes e contingenciamento de recursos, suspensão de programas e de bolsas para iniciação científica, para a pesquisa acadêmica, dificuldades para manutenção da política de cotas e de permanência na Universidade, em um evidente enfrentamento à democratização desta instituição secular, reforçando o modelo de universidade privatista e elitista.

Fontes (2012) destaca a intensificação da expropriação secundaria concernente aos direitos trabalhistas, sendo notório essa continuidade sob o governo auspicioso ao capital de Bolsonaro. Ao tomar posse, uma das primeiras medidas tomadas foi a extinção do Ministério do Trabalho, o que facilita o descumprimento dos contratos e das leis trabalhistas. Outra medida agressiva aos trabalhadores foi a aprovação da PEC 287/2016, que versa sobre a Reforma da Previdência, em 2019.

Nesse cenário de governo, sob a direção ultraneoliberal, a ofensiva capitalista vem em busca do valor, referenciando-se em ajustes e medidas de austeridade,

através da Contra Reforma do estado, com destaque para a apropriação do fundo público e mercantilização das políticas públicas.

> O carro chefe dessa ofensiva é a Contra Reforma do Estado e das Políticas Públicas. Mas outras medidas reforçam o desmonte da nação, tais como a banalização das diretrizes técnicas e normativas de funcionalidade do aparelho do Estado - caso notório do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) que monitoram a preservação do meio ambiente.
> Também se anota a profusão de militares como gestores de órgãos estatais e a supressão dos parcos mecanismos de participação da sociedade civil, como conselhos e fóruns, sob uma ardilosa engenharia passivadora das classes subalternas, e quando necessário, o uso de meios coercitivos e estilo bonapartista. (MOTA,2019, p.139)

A avalanche ultraneoliberal avança com medidas imbricadas à acumulação do capital. Cabe destacar particularmente no âmbito da política de saúde o fortalecimento da iniciativa privada, ferindo os princípios do SUS e contribuindo para o desmonte deles. Bravo e Pelaez (2020), fazendo um balanço das medidas contrarreformistas na política de saúde, implementadas pelo governo Bolsonaro, destacam que o Ministério da Saúde passou por mudanças na sua estrutura, sendo criadas duas Secretarias: a de Atenção Primária à Saúde e a da Tecnologia da Informação, além da extinção da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Já a Secretaria de Atenção à Saúde foi reformulada, priorizando a especialização e a criação de um Departamento de Certificação e Articulação com Hospitais Filantrópicos e Privados, estabelecendo a contratualização com o setor privado. Também foi reestruturado o Departamento de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), AIDS e Hepatites virais, que passou a se chamar, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, ou seja, integrando o departamento de doenças como hanseníase e tuberculose. As referidas autoras chamam atenção para o fato que tal junção vem sendo criticada por entidades ligadas à luta no âmbito das ISTs, que temem retrocessos ou perda de espaço da estratégia brasileira contra o HIV/AIDS, que é referência mundial, e destacam que não houve diálogo com os movimentos sociais.

Ainda no que se refere às medidas contrarreformistas do governo Bolsonaro, as referidas autoras destacam também a reformulação do Programa Mais Médicos,

com o discurso de torná-lo “mais técnico e menos político”, além do retrocesso no que tange ao direcionamento e financiamento a política de saúde mental, pois “o governo defende a retomada da ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos e passa a considerar as comunidades terapêuticas como dispositivos das Redes de Atenção Psicossocial a serem financiadas pelo SUS” (CEBES, 2019). Ou seja, as conquistas no âmbito da Saúde Mental, de quebra de estigmas e de socialização dos usuários atendidos é totalmente afetada, indo contra os princípios da luta antimanicomial.

Cabe destacar ainda, a PEC 32- que versa uma Reforma administrativa, sob um discurso de governo que levanta como principal objetivo a diminuição de gastos com o funcionalismo público “findando com privilégios”, abrindo espaço para privatização, terceirização, pondo fim aos serviços públicos gratuitos universais prestados à população.

Em meio a tal contexto de retrocessos, no ano de 2020 eclode a pandemia com um vírus letal- covid 19, recrudescendo ainda mais a crise econômica e social e novas questões acentuam-se, tendo em vista as crescentes necessidades da população num contexto de crise sanitária. A alternativa neoliberal estava posta, e ela incluía não só as contrarreformas do Estado, como também, e mesmo principalmente, a negação da ciência, a rejeição às vacinas, a desconfiança do formato esférico da Terra, o fim da cultura, o desprezo pelo pensamento (DEMIER,2020)

Mesmo diante da política de morte e negacionista no trato a pandemia, muitos segmentos empresariais brasileiros permanecem ainda na base de apoio do governo genocida, frente a situação de calamidade pública, somando mais de 500 mil mortos. Nesse sentindo (BEHRING,2021) aponta sob os números, é certo que temos mais destruição e morte: a letalidade. Em plena pandemia ainda descontrolada no país, os cortes de gastos nas políticas públicas se aprofundam. A saúde perdeu cerca de 2 bilhões de reais, sendo que a pesquisa de três programas da FIOCRUZ, por exemplo, e que tem sido decisiva no combate à Covid-19 e produção de vacinas, perdeu cerca de 10 milhões de reais.

A referida autora, retrata que a lista de perdas em investimento nas políticas públicas é extensa, e que não são apenas cifras, sob os números, há milhões de pessoas com necessidades não atendidas, algumas delas no limiar da vida e da morte

neste pobre país rico, de imensas desigualdades de classe, gênero e raciais, e de heterogeneidade estrutural e regional. Portanto, para além do contexto pandêmico, há que pensar na letalidade intrínseca à condução da economia política brasileira movida pela lógica da "austeridade" ultraneoliberal para as maiorias; e pelo privilegio e remuneração compulsória e farta de uma parcela ínfima, sanguessuga do fundo público.

4. CONSIIDERAÇÕES FINAIS

A crise mundial cujo estrangulamento ocorreu em 2008, aprofundou na particularidade brasileira a resposta neoliberal através da redução da função social do Estado, ampliando o mercado econômico, legitimando e dando encaminhamento às privatizações, a focalização, e o ajuste fiscal se materializando em um Estado de "desproteção social.

Cabe destacar que historicamente, que grande parte do mundo experimentou o avanço da ofensiva neoliberal a partir dos anos 1980 e que inclusive muitos políticos de centro-esquerda optaram por esse viés. Conforme mencionamos nas reflexões que aqui construímos, no Brasil, desde os anos 1990, em nome da crise capitalista disseminada, o país realiza um processo de contrarreforma nacional, que mostra particularidades em diferentes governos, no neoliberalismo (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso- FHC), no social-liberalismo como variante do neoliberalismo (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) e no ultraneoliberalismo (Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro).

Vale enfatizar que a perspectiva contrarreformista e de desmonte das políticas sociais, ganham visibilidade no país, no governo de Fernando Collor de Mello, que buscou estabelecer medidas neoliberais, mas apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que toma posse em 1994, adotando uma agenda de reformas, em meio a um cenário econômico de crise da dívida externa, desemprego e crise estrutural do capital, é que, efetivamente, tal projeto, ganha organicidade.

A política econômica patrocinada pelo governo FHC teve implicações desastrosas sobre as políticas sociais, com ideário liberal, se refletindo na redução e

contenção de gasto dos fundos públicos, destinados ao financiamento dos serviços sociais direcionados aos segmentos pauperizados da população.

Braz (2004) destaca que com a gestão de Lula iniciada em 2003, as deliberações neoliberais foram mantidas, havendo a subordinação das políticas sociais à lógica econômica conservadora, adequada ao ajuste e à contrarreforma neoliberal. Tal perfil governamental, prosseguiu no governo petista da então presidente Dilma Rousseff, caracterizado como governo de conciliação de classes.

Com os governos Temer e Bolsonaro, aqui nessa seção já mencionados, nota-se o aprofundamento do neoliberalismo e de medidas de austeridade fiscal, avançando as privatizações, desfinanciamento das políticas sociais, expropriação de direitos sociais e mudanças nos marcos legais, que tem se materializado na regressão dos direitos conquistados constitucionalmente.

REFERÊNCIAS

BRAVO, M.I.S, *et al* (org.). **Política de saúde na atual conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde**. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 48, p. 1-48, 2008.

BRAVO, M. I.; PELAEZ, E.; PINHEIRO, W. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 1, abr.2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19139/13218. Acesso em: 10 jul. 2020

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Orçamento no Governo Bolsonaro: entre a letalidade e o clientelismo.** Esquerda online**,** 11 maio 2021. Disponível em<https://esquerdaonline.com.br/2021/05/11/orcamento-no-governo-bolsonaro-entre-a-letalidade-e-o-clientelismo-/. Acessado 19 de Ago. 2021

_____.Emancipação, Revolução permanente e Política Social. In: BOSCHETTI. I. (org.) et al. **Que Política para qual emancipação?** Brasilia,2018. Cap. 10, p 235-262.

BORGES. M. E. S.; MATOS. M. C. As duas facetas da mesma moeda: Ultraneoconservadorismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO. M. I. (org.) et al. **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo.** Uberlândia,2020. Cap. 3, p. 71-88.

BORLINI, L. M**. Há pedras no meio do caminho do SUS**: - os impactos do neoliberalismo na saúde do brasil. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 321-333, dez. 2010. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7697. Acesso em: 15 jul. 2020

BRAZ, M. **O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade**.** São Paulo: Cortez, ano XXV, nº. 78, p. 48-68, julho de 2004.

CEBES. O desmonte do SUS em tempos de Bolsonaro, 16 dez. 2019. Disponível em: Acesso em: 30 abr. 2021

DEMIER, F. **Burguesia e Pandemia notas de conjuntura sobre o Neofascismo e Ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro**. In: BRAVO, M. I. (org.) et al. Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**.** Uberlândia, 2020.Cap 4, p 89-102.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital-imperialismo**: teoria e história. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2012.

MOTA. A. E. A cultura da crise, e as ideologias no ultraneoliberalismo brasileiro. In: CISLAGHI. J.; F. E DEMIER, Felipe. (Orgs). **Neofascismo no poder (ano I) análises e críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro.2019. Cap. 6, p. 135-148.

NETTO, J. Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (Org.) **O desmonte da nação:** balanço do governo FHC. 3ª ed. Petrópolis; Rio de Janeiro.1999. p. 75-89.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE. Entrevista Especial com Bravo, M.I.S. In: Revista de Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, v. 20, n. 1, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3211/321146417014.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

REIS, C. R.; PAIM, J. S. A saúde nos períodos dos governos Dilma Rousseff (2011-2016). **Divulgação em Saúde Para Debate**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 58, p. 101-114, jul. 2018.

SOARES, R. C. **A Contrarreforma na Política de Saúde e o SUS hoje:** Impactos e demandas ao serviço social. 2010. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.